



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE JUIZ DE FORA

7ª Vara Cível da Comarca de Juiz de Fora

Rua Marechal Deodoro, 662, Centro, JUIZ DE FORA - MG - CEP:

PROCESSO Nº 5005974-24.2015.8.13.0145

CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)

ASSUNTO: [Alienação Fiduciária]

AUTOR: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

RÉU: JEAN CARLO DA SILVA BARROSO

Vistos, etc.

I) RELATÓRIO:

BV FINANCEIRA S.A. CRED. FIN. E INV. aviou ação de busca e apreensão, com pedido liminar, contra JEAN CARLO DA SILVA BARROSO, ao argumento de que celebraram contrato de financiamento de veículo, tendo sido pactuada, em garantia, alienação fiduciária do automóvel MERCEDES-BENZ LS-1634 placa HBG0799, que, em virtude da verificação da mora do devedor, pela ausência de pagamento da parcela de 19/05/2015, ocorreu o vencimento antecipado, no importe de R\$ 16.363,58; que houve a notificação extrajudicial competente. Pugnou pela procedência do pedido, inclusive com o provimento de urgência e as cominações de estilo.

Em despacho inaugural foi determinada a emenda da inicial, para adequar o valor da causa.

Quando citado, o réu ofereceu a purga da mora, incluindo nos seus cálculos os valores de custas processuais e honorários advocatícios (id.6687592).

Devidamente intimada sobre a purgação da mora, a financeira autora informou que restituiu o veículo ao réu (id. 7113220).

É o **relatório**. Passo a decidir.

II) FUNDAMENTAÇÃO:

– Mérito:

O feito merece ser decidido de imediato, haja vista que houve requerimento para purgação da mora, por parte da devedora, providência expressamente deferida pelo Juízo e cumprida.

Ademais, deve ser ressaltado que a parte autora não se insurgiu contra o pagamento efetivado pelo requerido

A redação do artigo 3º, §§1º e 2º, do Decreto-lei 911/69 (após alteração pela Lei 10.931/04) se dá da seguinte forma:

“§ 1º Cinco dias após executada a liminar mencionada no **caput**, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.

§ 2º No prazo do § 1º, o devedor fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus.”

Assim, purgada a mora, e havendo o aceite do credor, não existe razão para prosseguimento do



presente feito.

III) CONCLUSÃO:

Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, pela purgação da mora efetivada pelo devedor e, em consequência, determino a consolidação da posse do veículo objeto da demanda nas mãos do requerido.

Autorizo o levantamento da quantia depositada, expedindo-se, para tanto, o competente alvará judicial.

E condeno o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, que fixo em R\$1.000,00, na forma do art. 82, § 2º, do CPC.

Por fim, cumpre ressaltar que não existia no sistema RENAJUD qualquer gravame incluído por este juízo, conforme comprovante anexo.

Publicar, registrar e intimar.

Juiz de Fora 29 de Julho de 2.016.

EDSON GERALDO LADEIRA
Juiz de Direito

